

# Escrevendo certo por linhas tortas

PAULO GUEDES

Saímos, finalmente, da superficialidade dos choques e da farsa dos congelamentos para tentar as reformas estruturais da "perestroika à brasileira". A classe política não pode se omitir face à convocação, pelo Executivo, para discussão da reforma tributária, do sistema de previdência, da estabilidade do funcionalismo público, do ensino universitário, da legislação para os investimentos externos e assim por diante.

A forma de convocação, entretanto, foi extremamente inadequada. A proposta de trocar emendas constitucionais pela rolagem das dívidas estaduais revela uma prática política desvirtuada e mesmo desmoralizante para os governadores e para o Congresso. Percebendo os riscos desta manobra, que evoca algo entre o suborno e a chantagem, os governadores reagiram brandindo a ordem processual do regime democrático; consideraram a rolagem da dívida um problema técnico a ser resolvido com o Banco Central e declaram que a responsabilidade por eventuais emendas constitucionais está entre as atribuições do Congresso. Seria realmente lamentável que senadores e deputados fossem controlados por governadores que, por sua vez, fossem dirigidos pelas facilidades ou obstáculos que o Tesouro Nacional e o Banco Central oferecem à rolagem das dívidas estaduais.

A precariedade do processo de negociação política expõe as vísceras de nossa fragilidade institucional. A aliança do Presidente com a classe política não se dá em torno de programas partidários de corte social-democra-

ta ou liberal-democrata, nem através dos partidos e nem mesmo pelo exame dos méritos das reformas propostas. A questão não é de princípios mas apenas de orçamentos. E as propostas de emendas constitucionais não são objeto de debates transparentes, no Congresso, entre os Ministros da Economia (reforma tributária) do Trabalho (alternativas para o sistema de previdência) ou da Educação (ensino superior pago) e os deputados e senadores, mas foram objeto de reuniões furtivas entre um ex-integrante da primeira equipe econômica de Collor e os governadores considerados mais influentes.

Os secretários da Fazenda e do Planejamento são funcionários com larga experiência no setor público. Tempo suficiente para saberem que o Governo federal não entrou na UTI de forma inesperada, como parece sugerir seu dramático apelo de reforço financeiro à União. Se em 1970 a União manobrava 88% dos recursos tributários, recuando para 80% em 1980, 53% em 1990 e previstos 48% em 1998, devemos suspeitar que o regime democrático emite sinalização clara de descentralização (para Estados e Municípios) e redirecionamento de recursos (para prioridades sociais). A angústia dos secretários deve se traduzir em maiores esforços na reforma administrativa, em maior cooperação com o Ministério da Infra-Estrutura para controlar o déficit das estatais e com o BNDES para acelerar o esforço de privatização, e não na redução da participação dos Municípios no bolo tributário.

Afinal, a *perestroika* brasileira tem sido postergada há quase uma década. E as linhas tortas pelas quais é buscada só são compreensíveis em função deste enorme atraso. Esta consciência é fundamental para evitar que a busca improvisada fragilize ainda mais as nossas instituições políticas e econômicas.